

Posições subjetivistas e objetivistas de ciência: a hermenêutica como fundamento da pesquisa qualitativa

João Manoel Roratto*

Resumo

Este trabalho discute aspectos relacionados à evolução recente da ciência, com ênfase no conflito entre posições objetivistas e subjetivistas, até chegar à importância da pesquisa qualitativa na construção do conhecimento científico na atualidade, com base nos variados campos de tradição e linhas de pensamento nas ciências sociais e nas formulações teóricas de Gadamer sobre hermenêutica. Nos estudos de Denzin e Lincoln, analisa-se a relevância da pesquisa qualitativa nos últimos tempos e sua forma metodológica diversificada e peculiar de representar as diferentes realidades que compõem o universo social, bem como as expectativas desse modelo de pesquisa a se afirmar como ciência. Em Gadamer, busca-se entender a construção do processo retórico e hermenêutico como método para compreender e explicar a realidade social, cujas bases ontológicas estão nas ideias originais de Platão sobre discurso e de Aristóteles sobre filosofia prática.

Palavras-chave: Ciência objetiva. Ciência subjetiva. Pesquisa qualitativa. Filosofia prática. Hermenêutica.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre ciência ao longo do tempo por autores vinculados a correntes filosóficas diferenciadas, por vezes antagônicas, no decorrer do tempo,

* Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília; Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília; professor do Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria; Avenida Roraima, n. 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria, RS, 97105-900; jmroratto@hotmail.com

leva-nos a refletir sobre a construção moderna e atual do pensamento científico e a posicionar-nos a respeito da vinculação da pesquisa educacional a uma determinada epistemologia e metodologia de pesquisa.

Os estudos disciplinares relacionados à metodologia da pesquisa e às ciências sociais proporcionam maior entendimento do nosso papel de pesquisador, educador e, principalmente, de cidadão nos tempos atuais e a compreensão de que fazemos parte desse universo chamado ciência, que é relacional, heterogênea, situada, política, ideológica, não dogmática, não vinculada a verdades universais, não determinística, crítica, ideográfica e, por isso, essencialmente interpretativa.

As reflexões filosóficas mostram que a pesquisa científica não é uma atividade realizada por sábios em um ambiente de solidão e silêncio, embora isso, às vezes, pareça ser necessário, mas ela envolve, segundo Caraça (2007), um amplo conjunto de atividades, como a investigação, a aplicação, a aprendizagem e a divulgação dos conhecimentos, atitudes éticas e expectativas científicas nas quais estamos inseridos.

No âmbito das ciências sociais, a pesquisa científica passa a ser vista como pesquisa qualitativa, que se alarga ao representar as diferentes comunidades com voz na sociedade e ao indicar as relações dessas comunidades com as sociedades que estão inseridas, construindo um conhecimento situado de acordo com as realidades que lhes são próprias. Isso foi o que mostrou Denzin e Lincoln (2006) em diferentes passagens no livro *O planejamento da pesquisa qualitativa*.

Nessa nova forma de fazer pesquisa, a linguagem passa a ter relevância, pois é por meio dela que se manifestam os diferentes grupos sociais e os pesquisadores ao apresentarem ou representarem suas posições. O ato de compreender as falas que emergem do processo dialógico na pesquisa científica passa necessariamente pela hermenêutica, que é a forma de entender as manifestações que se estabelecem nas discussões relacionadas entre pesquisa e sociedade e de conhecer suas significações.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CIÊNCIA

O caminho percorrido pela ciência e seu entendimento em cada momento histórico mostram que ela esteve muito próxima na defesa dos interesses do poder

dominante, ou da ruptura dos paradigmas científicos existentes. Como exemplo no primeiro caso, cita-se a apropriação do método dedutivo aristotélico pela Igreja na legitimação de dogmas que fundiam fé, política e verdade e, no outro caso, com a mudança do paradigma da configuração do universo, do sistema geocêntrico, de Ptolomeu para o sistema heliocêntrico, de Copérnico.

Para Lakatos (2002), o problema de demarcação entre ciência e pseudo-ciência não é meramente uma discussão filosófica, mas de relevância política e social, porque estão envolvidas questões ideológicas, éticas, raciais, liberdade de pesquisa, com sérias implicações ao desenvolvimento da ciência e do ser humano. Ele assinalou como as interferências religiosas e políticas são determinantes em alguns momentos históricos para estabelecer o que é científico ou o que não é, e como essas posições são negadas no mesmo decorrer histórico, o que demonstra a fragilidade do conhecimento dito científico.

Já as transformações nos paradigmas, segundo Kuhn (1998), são revoluções científicas, e a transição sucessiva de um paradigma para outro é o padrão usual do desenvolvimento da ciência amadurecida. Assim, as revoluções científicas são os complementos desintegradores na atividade da ciência normal ligada à tradição. As mudanças, com as controvérsias que as acompanham, são características das revoluções científicas. Uma teoria nunca ou quase nunca é um mero incremento do já conhecido.

O divisor de águas entre o *status quo* à época vigente e o desenvolvimento posterior da pesquisa científica aconteceu quando, no Renascimento, Bacon propôs a observação como base da ciência, atitude que, segundo Cohen e Manion (1997), contribuiu para livrar a ciência do abraço da morte do método dedutivo, que, pelo seu uso abusivo, teria levado o progresso científico à paralisação.

Contudo, nesse modelo, segundo Gadamer (2002), não havia lugar para as coisas humanas. A moral e a política, as leis dos homens, os valores, as instituições são dinâmicas; logo, não podiam reivindicar um caráter de saber. Assim, nesse período, que tipo de ciência representava as humanidades, as ciências das coisas humanas, as ciências do espírito, questionou Gadamer. A resposta ele encontrou em Stuart Mill (utilitarista), que a definiu no século XIX como ciência moral, mas cujo caráter científico deveria ser comparado à meteorologia (prognósticos de longo prazo). Por isso, a defesa pela filosofia da validade autônoma das ciências humanas.

Outro aspecto relevante a ser considerado na evolução da ciência é o discurso conflitante entre ciências naturais e ciências sociais. Galileu, Newton, Kepler e outros fizeram do uso das ciências naturais o modo de explicar e provar o porquê dos fenômenos da natureza, o que levou a evolução e o progresso da humanidade e, também, a crença de que esse tipo de ciência seria a única forma de explicar o real, ir ao encontro da verdade.

Nesse mesmo tempo histórico, particularmente a partir da mudança do modelo de produção artesanal para o fabril produzido pela revolução industrial, os fenômenos sociais começaram a ter importância na pesquisa científica em decorrência do crescimento, reconfiguração das principais cidades europeias e os seus efeitos, da exploração do capital sobre o trabalho, da marcada divisão de classes sociais, do surgimento de análises contra-hegemônicas pela filosofia e sociologia e pelos emergentes movimentos sociais na defesa de seus direitos. Por conseguinte, havia a necessidade de buscar uma nova forma de analisar a realidade social, pois as ciências naturais não conseguiam explicar os novos fenômenos com base nos modelos determinísticos.

Mesmo assim, pensadores como Comte insistiram em vincular a pesquisa social aos cânones do pensamento objetivo, até que houve a ruptura do pensamento positivista na interpretação da realidade social entre o final do século XIX e o começo do século XX, com base no pensamento de Dilthey, Schleiermacher, Husserl, Weber e outros, conforme pode ser visto mais adiante, quando da apresentação dos diferentes momentos da pesquisa qualitativa no decorrer do tempo.

O pensamento positivista de Popper, por exemplo, embasava-se nos conceitos de sujeito e objeto para afastar da investigação científica nossas experiências subjetivas ou nossos sentimentos de convicção, por entender que eles jamais justificariam qualquer enunciado, ou apenas quando se tratasse de aspectos psicológicos e não lógicos, mas, nesse caso, tratados na pseudociência, jamais na ciência. Para Popper (1991), além do mundo real dos fatos (objeto) e do mundo interior (sujeito), havia outro mundo, o mundo lógico das teorias que se comportavam segundo critérios propriamente racionais e objetivos, porque puramente lógicos. Esse pensamento caracterizava a chamada modernidade, que tinha a pretensão de explicar o mundo segundo critérios da razão, o que conflita com todo o pensamento pós-moderno de interpretar a realidade na pesquisa social.

Para os defensores da *hard sciences*, as ciências experimentais (positivistas), como a física, a química, a biologia, a economia, a psicologia, por exemplo, são frequentemente vistas como explicativas dos avanços das civilizações ocidentais e, em suas práticas, a verdade está além de posições e de tendências pessoais. Os positivistas alegam que os novos pesquisadores qualitativos escrevem ficção, não ciência, e que eles não têm formas para verificar a verdade de suas declarações. Alegam, ainda, que nesse modelo não existem preocupações com o discurso e com o método como práticas interpretativas materiais que constituem a representação e a descrição. Todo conhecimento genuíno para os positivistas está baseado na experiência/observação e na razão. Assim, o textual é rejeitado pelos positivistas.

Nessa visão objetivista de ciência, os pesquisadores qualitativos passam a ser chamados pelos partidários das ciências experimentais de “[...] jornalistas ou cientistas das áreas de *soft sciences*. Seu trabalho é considerado não-científico, ou apenas exploratório, ou subjetivo. É chamado de crítica, e não de teoria, ou é interpretado politicamente como uma versão disfarçada do marxismo ou humanismo secular.” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 22). Assim, qualquer semelhança com o pensamento de Stuart Mill não é mera coincidência.

Diferente da ciência objetiva, a ciência subjetiva situa-se em um campo variado de tradições e de linhas de pensamento, que vai da tradição das escolas britânica, americana, francesa e alemã aos estudos feministas, aos estudos *queer*, aos estudos latinos, aos estudos afro-americanos. Assim, a pesquisa qualitativa representa muitas coisas para muitas pessoas. Ela tem uma dupla essência: um comprometimento com alguma versão da abordagem interpretativa, naturalista, com seu tema e uma crítica contínua da política e dos métodos pós-positivistas.

A amplitude dos campos de abrangência e sua posição política, assumidamente não neutra, de certo modo, validam as críticas positivistas, pois, na investigação qualitativa, o pesquisador não está muito preocupado com a busca da verdade (o que é verdade? ela existe?) como nas ciências naturais. Nas ciências sociais, os fatos reais cedem espaço para dados de pesquisa, fragmentos de evidência, vão além das aparências para encontrar uma aproximação com a verdade; há um processo de criação do objeto de estudo; o significado do conhecimento decorre do momento histórico vivido; a atividade científica na pesquisa qualitativa passa a ser um empreendimento hermenêutico, estruturado em significados.

3 A PESQUISA QUALITATIVA

Nos estudos da realidade social, percebe-se a importância da pesquisa qualitativa desde o momento que ousou ser uma via diferente para entender e explicar as mudanças ocorridas no mundo, colocando-se como espaço alternativo e/ou independente de se fazer ciência, indo além da pesquisa objetiva e enfatizando a interpretação decorrente da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais a ser estudados.

A pesquisa qualitativa pode ser entendida pela fala de Denzin e Lincoln (2006) como um conjunto de práticas interpretativas, naturalísticas, que tornam o mundo visível, no qual o conhecimento resultante é determinado não pelo caráter independente do mundo, mas por relações sociais, crenças e sistemas de valores que influenciam os dados obtidos pelo pesquisador e por ele são influenciados.

Esse tipo de pesquisa pode ser útil em estudos de diferentes disciplinas investigativas ligadas ao homem, como a sociologia, a antropologia, passando pela educação, medicina e se estendendo até a comunicação social, com formas construtivista, hermenêutica, feminista, pós-estruturalista, pragmatista, da teoria crítica da raça e da teoria *queer*, de abordar a investigação social.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa desenvolveu-se no tempo por intermédio de sete momentos. O período tradicional (1900 – 1945) provocou uma ruptura com o paradigma positivista; o segundo, fase modernista (1945 – 1970), serviu para a construção de uma linguagem própria e formalizar o método quantitativo como instrumento de pesquisa científica; no terceiro estágio (1970 – 1986), agregou uma variedade de interpretações da realidade, métodos e estratégias para empregar em suas pesquisas o que se denominou gênero indefinido.

A crise de representação ocorrida no meio da década de 1980 caracterizou o quarto momento e decorreu da indefinição do período anterior. Os trabalhos significativos nesse período refletiam sobre assuntos relacionados ao gênero, classe e raça humana. O quinto período denominado tripla crise – representação, legitimação e práxis – confronta a pesquisa qualitativa com os diferentes estudos sobre a realidade social que ocorreram na década de 1990 (pós-modernismo) e questiona o papel do pesquisador, os critérios de avaliação da pesquisa e a capacidade de a pesquisa proporcionar mudanças na sociedade, um questionamento próprio da essência da pós-modernidade em que tudo é instável, nada é estruturado.

Os dois últimos momentos – pós-experimentalismo e futuro – estão acima de nós. Demandas sobre moral e pesquisa social consolidada estão nos estudos de novos pesquisadores e direcionadas para uma sociedade democrática e livre.

O sexto momento, a atualidade, pode ser entendido como a virada narrativa, marcada pelo gênero (estilo) e pelas inovações. Mesmo que o campo da investigação qualitativa constitua mostras de entusiasmo, criatividade, efervescência intelectual e ação, há crenças contrastantes, desafios céticos e resistências a essas novas formas de investigação qualitativa.

Uma das discussões mais relevantes nesse período é sobre a natureza da linguagem e, particularmente, a relação da linguagem com o mundo que ela alega descrever. Avanços da semiótica, da teoria literária e da teoria retórica desafiam a suposição essencial de que os relatos científicos possam representar objetivamente e com exatidão o mundo como ele é, pois somos produto de gerações anteriores, de uma cultura; logo, nossa visão não é a única. Com isso, pode-se presumir novas críticas aos fundamentos da metodologia quantitativa, pois “[...] se não existe um meio de combinar corretamente a palavra no mundo, então perde-se a garantia da validade científica.” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 368).

Visando superar esses impasses na pesquisa qualitativa, inovações como a reflexividade, o esquema de múltiplas vozes, a representação literária e a *performance* surgem na metodologia em oposição às críticas de validade. A reflexividade consiste em justapor o eu ao texto, com a finalidade de enriquecer o relato etnográfico. O investigador revela seu trabalho situado histórica, cultural e pessoalmente.

Com o esquema de múltiplas vozes, procura-se remover a única voz da onisciência relativizando-a por meio da inclusão de outras vozes no relatório de pesquisa. Mas qual dessas vozes é a que fala na pesquisa e por quê? Qual é ao mesmo tempo suprimida? perguntam Gergen e Gergen (2006), já que normalmente o investigador atua como ator supremo do trabalho (coordenador das vozes), um juiz supremo da inclusão, da ênfase e da integração.

Na representação literária (estilo literário), as descrições do investigador podem assumir a forma de ficção, de poesia ou de invenção autobiográfica em substituição do discurso realista proposto pela ciência objetiva. Para Gergen e Gergen (2006), o uso do estilo literário indica ao leitor que o relato não funciona como um mapa do mundo, mas como uma atividade interpretativa dirigida a uma

comunidade de interlocutores, pois esse tipo de redação é atraente, por oferecer um alcance expressivo cada vez maior e uma oportunidade de chegar a audiências fora do meio acadêmico e por realizar um trabalho político significativo. Para os autores, não haverá nenhuma forma dominante de textualidade na pesquisa qualitativa, mas diversas formas textuais híbridas que passam a existir, principalmente quando se combinam textos poéticos, ficcionais e de *performance*, transformando-as em apresentações intervencionistas críticas.

Já com a *performance*, a pesquisa qualitativa pretende eliminar o rigorismo objetivista como modo de pesquisa/representação, pois a distinção entre fato e ficção, segundo as críticas da validade, é uma questão de tradição textual, de modo que as formas de redação científica não são o único modo de expressão que pode ser empregado. Gergen e Gergen (2006) entendem que estímulos visuais como filmes, *slides*, fotografias, representações teatrais, embora aceitos como meio de “aprender a realidade”, são vistos como modos auxiliares pela ciência objetiva, porém quando eles produzem um efeito formativo sobre o objeto de pesquisa, a distinção entre o filme como dispositivo de gravação em oposição à *performance* perde nitidez e passa a ser uma metodologia de pesquisa ou a forma de apresentar os resultados encontrados na pesquisa.

E quando esse fato acontece, “[...] os investigadores são convidados a considerarem toda uma gama de expressão comunicativa no mundo das artes e do entretenimento – artes gráficas, vídeo, drama, dança, magia, multimídia, etc. – como formas de pesquisa e de apresentação.” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 371). Na *performance*, pode-se notar a falta de nitidez entre muitos limites que separam o profissional do amador, o *insider* do *outsider*, o pesquisador do pesquisado e o ator do público. A *performance* permite ao público possibilidades de envolvimento enriquecedor com as questões expressas, deixando-os livre para interpretar de acordo com sua vontade. Por esse motivo, é cada vez maior o número de estudiosos que resolvem escolher a *performance* como modo de pesquisa/representação.

Essas inovações e suas críticas em um diálogo apreciativo, segundo Gergen e Gergen (2006), abriram novos caminhos para uma recomposição da validade, para o conhecimento situado, em que a verdade localizada dentro de certas comunidades em determinadas épocas passa a ser empregada como um indicador para representar a condição destas além de analisar as diversas implicações sociopolíticas e retóricas dos avanços ocorridos.

A reflexão crítica a respeito da investigação qualitativa também argumentou as questões de representação, ou seja, o resultado de uma investigação passaria a ser tomado como referência para os estudos e procedimentos de profissionais diretamente relacionados ao assunto da pesquisa.

Os trabalhos de Foucault mostraram que as disciplinas responsáveis pela geração do conhecimento funcionam, muitas vezes, como fonte de autoridade e, quando se disseminam por meio da educação e de outras práticas, ampliam o domínio potencial da subjugação. Assim foi com o conceito de doenças mentais e com as categorias de diagnóstico psiquiátrico. Elas passaram a ser reconhecidas pelos profissionais e leigos nessas questões, e a sociedade em geral se rendeu ao poder disciplinador do psiquiatra. “O *establishment* psiquiátrico esteve entre os primeiros grupos profissionais a serem visados quando os ativistas *gays* da década de 1960 obrigaram-no a retirar a homossexualidade da nosologia das doenças mentais.” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 376).

Em resposta as críticas foucaultianas, diferentes pesquisadores entendem que a pesquisa nas ciências humanas geralmente segue discursos contra-hegemônicos trazendo para o foco crítico as instituições de governo, o controle econômico, as instituições educacionais, a mídia, o que torna a pesquisa qualitativa uma força de resistência e de justiça social. Suspender todas as alegações de conhecimento seria o mesmo que pôr fim as tradições (étnicas, religiosas, acadêmicas) que dependem da capacidade de identificar o mundo (interpretá-lo, explicá-lo).

Outro discurso recorrente nos meios acadêmicos, particularmente os de vieses positivistas, era que os rigorosos métodos de pesquisa eram neutros em termos políticos ou apreciativos (não se fazia juízos de valor). As críticas pós-modernas da validade romperam com esse dogma, pois não existe um meio simples de se fazer uma separação entre o método e a ideologia. O partidarismo é visto no movimento feminista, no marxismo, no ativismo lésbico e *gay*, na consciência negra, no anticolonialismo. Contudo, o não partidarismo, que tem na sua essência as preocupações humano-humanitárias (idosos, abusos, doentes, portadores de deficiências), também tem o seu espaço.

E o futuro? (sétimo momento) questionam Denzin e Lincoln (2006). Para eles, a pesquisa será mais relacional, com grande produção de tecnologia popular, que irá romper com a noção de sujeito estável (onde se localiza o “cibereu?”). A

influência das tecnologias da informação ampliará as possibilidades de diálogo e comunicação mediante o tempo e o espaço.

Nesse novo cenário, a pesquisa qualitativa continuará a se opor à visão tradicional da ciência objetiva, ao abandonar a velha metáfora visual de reinvestigar, substituindo-a pela metáfora do reapresentar proposto pelas inovações, que irão proporcionar novo dinamismo no esforço da pesquisa. Aqueles que antes serviam como sujeitos de pesquisa e os leitores dos resultados da pesquisa se transformam em participantes relacionais, pois a relação dos pesquisadores com seus sujeitos passa a ser um processo dialógico e necessário à construção conjunta da pesquisa. Agora, os pesquisadores qualitativos começam a analisar e a questionar a finalidade e o interesse da pesquisa, procurando compatibilizá-la com a finalidade e o interesse dos participantes (pesquisadores, sujeitos e audiência), considerando-os interdependentes durante toda a pesquisa, inclusive na negociação dos significados encontrados. Desse modo, na pesquisa qualitativa, passa a ser processo interativo, relacional.

Também, a revolução tecnológica veio para mudar a forma de nos relacionarmos no mundo e nos convida a novas formas de conceituar os métodos de pesquisa com um modo de reimaginar a própria ideia da pesquisa, incluindo as identidades do pesquisador, do pesquisado e da audiência. Ela, a revolução tecnológica, vai estabelecer comunidades de diálogo, desenvolver métodos condutores para dar visibilidade pública aos diferentes grupos, marginalizados ou suprimidos do mundo e criar laboratórios de vida para realizar experiências sociais em grande escala.

No processo de construção do conhecimento, os conceitos e as ideologias individualistas são inerentes ao pesquisador e parte integrante das metodologias quantitativas. Assim, concentrar a pesquisa sobre a experiência, os sentimentos, a identidade, o sofrimento ou a história da vida de uma pessoa é o mesmo que assumir a primazia da mente da pessoa, situação que se opõe ao influxo das formulações pós-modernas, que entende o mundo como um processo permanente de construção das relações entre os indivíduos, de dar voz ao outro, favorecendo uma metafísica da diferença do eu/outro.

No momento em que as metodologias se mostram cada vez mais sensíveis à relação dos pesquisadores com seus sujeitos, com suas audiências e na negociação do significado dentro de qualquer relação, a atividade individual deixa de ser a principal preocupação do pesquisador qualitativo. “Efetivamente criamos a realidade do processo relacional.” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 384).

Desse modo, percebe-se que o campo da pesquisa qualitativa é redefinido constantemente ao analisar e representar as novas evoluções que ocorrem na sociedade. E, ao evitar os impulsos em direção à eliminação das inovações, a fúria pela ordem e o desejo pela unidade e pela singularidade, segundo Gergen e Gergen (2006), pode-se prever a prosperidade contínua da investigação qualitativa, cheia de incidentes e expansões gerativas.

4 A HERMENÊUTICA COMO FUNDAMENTO DA PESQUISA QUALITATIVA

Desde que tomou forma no século XIX, a hermenêutica como disciplina coloca-se na vanguarda em defesa das ciências sociais contra posições universalistas e contra o discurso reducionista proferido em nome da ciência. Segundo Bernstein (1983), todos os defensores da hermenêutica, e mais aqueles de tradição humanística, confrontam-se com o persistente discurso hegemônico de que ciência é a medida da realidade, conhecimento e verdade.

A hermenêutica até pouco tempo era vista como faculdade prática de compreender, isto é, uma perspicácia sutil e intrínseca de conhecer os demais – as pessoas. Schleiermacher ampliou esse entendimento, pois a arte da compreensão não era necessária somente ao trabalho com textos, mas também ao trato com as pessoas. Assim, a hermenêutica passou a ser mais que um método das ciências sociais, passou a ser entendida como uma capacidade natural do ser humano, o prolongamento dos seus dons naturais e explicação teórica destes.

A hermenêutica possui uma relação muito estreita com a retórica. Diferente do que possa parecer ao senso comum em que é vista como uma coleção de mentiras ou meias verdades, a retórica passou a ser vista como um método de análise pelos estudiosos contemporâneos na investigação de textos e discursos orais, na qual se desenvolvem teorias para saber por que são atrativos e persuasivos, por que eles se desenvolveram em momentos específicos, que estruturas de argumentação, metáforas e princípios estruturantes estão em ação.

Algumas definições de retórica trazidas por Leach (2002) permitem entender a multiplicidade de emprego da palavra. A retórica pode ser entendida como o ato de persuadir (discursos dos políticos), a análise dos atos de persuasão (até que

ponto a análise da persuasão não se torna ela mesma persuasiva?) ou uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso (para estruturar nosso pensar, nossos sistemas de representação, nossa percepção do mundo natural). Esta última traz a análise retórica muito próxima da análise ideológica, da análise ética e de outros enfoques da teoria social.

O estudo da retórica como análise de intenção começa com Platão e depois com Aristóteles. Para Platão, retórica é até certo ponto diferente de verdade, porque o que as pessoas falam no seu mundo de vida pode não ser como as coisas são realmente no mundo das ideias. Para Aristóteles, o modo para se analisar um discurso é o mesmo método para exercitar o discurso, qual seja, considerar as categorias quando ouvimos um discurso, olhamos uma imagem ou lemos um texto. As categorias incluem aspectos interrogativos para procurar respostas para quem/o quê/onde/quando/por quê.

A dificuldade de trazer o escrito à fala foi o que elevou a arte de compreender à autoconsciência metodológica. Assim, a hermenêutica passou a ser vista como a arte de trazer novamente à fala o dito ou o escrito; a arte da compreensão, do sentido fixado pelo escrito, de acompanhar discursos (não fazer). Os campos de encontro entre práxis da compreensão e tradição retórica podem ser encontrados na interpretação dos textos jurídicos (códigos do direito romano) e na exegese da Sagrada Escritura (doutrina cristã). Dois fatores históricos contribuíram para o desenvolvimento da hermenêutica: a nova escrita (impressa) e a Reforma de Lutero.

Hans-Georg Gadamer é considerado na história da filosofia como o responsável por colocar a linguagem e sua mediação no pensamento filosófico. Para Gadamer (2002), há pelo menos um paradigma na filosofia da ciência que daria legitimidade à reflexão metodológica das ciências do espírito, e essa é a filosofia prática de Aristóteles, que moldou os estudos da ciência política nos tempos modernos.

E qual é o caráter epistemológico das chamadas ciências do espírito? São simples ciências inexatas ou mais que a matemática? No século XX, diz Gadamer, houve o descobrimento dos limites entre espírito e história com Husserl e Heidegger. Husserl trouxe a palavra mágica *Lebenswelt* (mundo da vida), neologismo, que traz à fala alguma verdade ignorada ou esquecida e restabeleceu os laços com certos pressupostos latentes e anteriores a todo conhecimento científico. Heidegger lançou a ideia de uma “hermenêutica da facticidade”, que seria a confrontação

com a incompreensibilidade da própria existência factual, rompendo com a hermenêutica tradicional. Essas teorias afirmam a temporalidade e a finitude do ser humano diante da tarefa infinita da compreensão e da verdade.

A partir dessa ótica, Gadamer lançou sua tese de que o saber não se coloca somente como uma questão do domínio do saber e do estranho. O que é essencial das ciências do espírito não é a objetividade, mas a relação prévia com o objeto, mais o ideal de participação. Nas ciências do espírito, esse é o verdadeiro critério para conhecer o conteúdo ou a falta dele. São essas observações que dão credibilidade à filosofia prática de Aristóteles, de encontrar uma base comum além da retórica e da crítica, além da figura tradicional do saber do homem sobre si e da investigação científica moderna que degrada tudo em objetividade.

Bernstein (1983), na sua análise sobre hermenêutica e práxis, afirma que um dos maiores desafios e motivações no trabalho de Gadamer foi o seu esforço para vincular a ontologia hermenêutica à tradicional prática filosófica, especialmente com as raízes do pensamento de Aristóteles sobre práxis e *phronesis*. A interpretação de Aristóteles por Gadamer, diz Bernstein, é um exemplo do que ele significa para o pensamento moderno ao mostrar o que é verdade para o pensamento tradicional. Isso também é básico para sua reivindicação de que as ciências do espírito são genuínas ciências morais.

E qual é o lugar teórico da vontade do saber e da reflexão sobre práxis e política? Entre os extremos do saber e do fazer está a práxis. Seu verdadeiro fundamento é o lugar central e o distintivo essencial do ser humano, pois este não desenvolve sua vida por instintos, mas pela razão. Por isso, a virtude da essência do homem é a racionalidade que guia sua práxis (*phronesis*).

São Thomas de Aquino também teve a ideia de incluir a ciência política no domínio da filosofia prática aristotélica. Para ele, é preciso distinguir entre as duas formas da razão prática. A primeira se opera em um modo de produção na qual a atividade se transmite à matéria exterior, como a do ferreiro e a do construtor de barcos; a segunda atua no próprio homem, como filosofia moral e resume: a ciência política tem por objetivo a ordem entre os homens; por isso, ela não deve ser compreendida entre as técnicas mecânicas, mas entre as ciências da ação, entre as ciências morais.

Para Aristóteles, o saber prático só existe como consequência de nossa ação; portanto, depende de nós. Dessa forma, a ética enquadra-se não em um

saber teórico, mas sim em um saber prático, e este pode ser considerado como práxis ou como técnica, em que a ética se refere à práxis. “Na práxis, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis; na ação ética o agente é aquilo que faz, e o que faz é a finalidade boa ou virtuosa. Já na técnica, o agente, a ação e a finalidade da ação estão separados, sendo independentes uns dos outros.” (CHAUÍ, 2000, p. 341).

Nossas decisões éticas e políticas não devem ser nossas decisões? Só podemos sentir-nos responsáveis no âmbito político como somos em nossa vida individual. O pensamento decisivo válido tanto para as ciências do espírito quanto para a filosofia prática é que em ambas “a natureza finita do ser humano adquire uma posição decisiva ante a tarefa infinita do saber.” Assim, diz Gadamer, devemos buscar o que é possível querer, desejar e realizar com nossa própria ação.

Na sociedade humana, tudo depende de como esta determina seus fins, ou melhor, como alcança o consenso para assumir os fins que devem ser confirmados por todos e como encontra os meios justos.

Uma ciência com pressupostos de conteúdo! exclama Gadamer. É o verdadeiro problema epistemológico da filosofia prática. Aristóteles refletiu sobre isso e afirmou que para aprender algo sobre filosofia prática, sobre os conceitos normativos da conduta humana ou sobre as constituições racionais do Estado é preciso ter recebido uma educação, estar capacitado para a racionalidade. A participação precede à teoria.

Para Gadamer, a virtude aristotélica da racionalidade acaba sendo a virtude hermenêutica fundamental, pois, segundo Aristóteles, basta indagarmos por meio da linguagem que transmite o saber humano, baseando-nos em sua verdadeira origem: a realidade social do ser humano. É como Schuback (2004) compreende o pensamento de Gadamer na apresentação do livro *Verdade e Método II*: “[...] o homem não se depara com a realidade e um mundo, mas sempre com interpretações da realidade e do mundo e, assim, com a realidade e o mundo da interpretação.”

Desse modo, assinala-se o lugar central da linguagem e sua mediação no pensamento filosófico ou nas teorias das ciências sociais e, por conseguinte, na pesquisa qualitativa. Todavia, também é necessário explicitar as implicações normativas contidas no conteúdo transmitido pela linguagem, o que, para Gadamer, é a tarefa essencial da hermenêutica, em que essa teoria da aplicação, da conjugação do universal e do particular se converte na tarefa filosófica central.

5 CONCLUSÃO

O crescimento da utilização da linguagem como prática válida para entender a realidade surgiu inicialmente como uma crítica ao positivismo ou à ciência tradicional, com a intenção de demarcar um novo campo investigativo, decorrente da multiplicidade de temas que passaram a ser analisados nas ciências sociais. A hermenêutica, como método de análise das falas e da escrita e expressão da pesquisa qualitativa na atualidade, ganhará maior relevância no futuro, devido à incorporação no processo investigativo de novos grupos sociais com práticas diferenciadas ao redor do mundo e que nos aproximam em virtude das facilidades das novas tecnologias.

Na análise do que é pesquisa qualitativa, percebe-se que ela envolve grupos de interesse de diferentes tradições teóricas, com enfoques metodológicos próprios em razão da diversidade de disciplinas que representam, fato este que valida e revigora constantemente a pesquisa qualitativa. As correntes contemporâneas, pós-modernas, rejeitam a linguagem como um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, pois somos parte dele, temos uma herança cultural construída e nele agimos, portanto, nossos significados de mundo retratam nossa experiência de vida, o que se contrapõe com posições vinculadas ao pensamento objetivo.

Os cientistas das *hard sciences*, quando confrontados com a ideia de que havia outras formas de conhecimento adicionais, além daquelas evidenciadas nas ciências naturais e formais, argumentavam que aquilo que é legitimado, aceitável ou racional, presumivelmente outras formas de conhecimento podiam ser assimiladas, traduzidas ou reduzidas aos cânones do discurso científico; o que não poderia deveria ser entendido como pseudocientífico, uma posição em conformidade com as velhas tradições do empirismo e do racionalismo.

Embora pareça que esse tipo de oposição entre positivistas e empiristas lógicos com os defensores da linguagem comum como forma de expressão irá continuar, um novo padrão de conversação a respeito da racionalidade humana começa a tomar forma, principalmente no que se refere a novas continuidades (e diferenças) entre ciência, hermenêutica e práxis, que estão se tornando cada vez mais evidentes. Basta olhar para os discursos sobre o outro, sobre nós, sobre a humanidade e sobre o mundo que construímos e que queremos para futuras gerações, para entendermos que devemos ir além do objetivismo e do relativismo, como disse Bernstein.

Há outro mundo a ser compreendido além do mundo natural e formal. E ele não seria antagônico, conflituoso, mas decorrente da sua diversidade cultural, como se percebe nas ciências sociais, complementar. Todavia, no julgamento está a natureza humana, e esta é comprometida com paradigmas aos quais se vinculam os pesquisadores.

Subjectivist and objectivist positions of science: hermeneutics as foundation for qualitative research

Abstract

This article discusses aspects of recent developments in science, with emphasis on conflict between objectivist and subjectivist positions on science, until the importance of qualitative research in the construction of scientific knowledge at the present time, based on various fields of tradition and lines of thought in social sciences and theoretical formulations on Gadamer's hermeneutics. In studies of Denzin and Lincoln, examines the relevance of qualitative research in recent times and its methodological form diverse and peculiar to represent the different realities that make up the social universe, and what are the expectations of this type of research continues to affirm as science. In Gadamer, seeks the building process of rhetorical and hermeneutical method to understand and explain social reality, which ontological bases are both in original Plato ideas about discourse and Aristotle on practical philosophy.

Keywords: Science objective. Science subjective. Qualitative research. Practical philosophy. Hermeneutics.

REFERÊNCIAS

AQUINO, São Thomas de. **Sentencia libri politicorum**. Disponível em: <<http://www.corpusthomicus.org/cpo.html>>. Acesso em: 8 set. 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BERNSTEIN, Richard J. **Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics, and praxis.** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1983.

CARAÇA, João. **Estará a ciência a aproximar-se de seus limites?** Conferência Internacional A ciência terá limites? Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, out. 2007.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence. **Research methods in education.** Londres: Routledge, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GERGEN, Mary M.; GERGEN, Kenneth J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAKATOS, Imre. **Science and Pseudoscience (transcript).** Disponível em: <<http://qqq.lse.ac.uk/collections/lakatos/.2002>>. Acesso em: 5 out. 2009.

LEACH, Joan. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1991.

Recebido em 26 de outubro de 2009

Aceito em 22 de janeiro de 2010